

EIXO TEMÁTICO 8 | CULTURA, SOCIEDADE E IDENTIDADES

CLASSE E IDENTIDADE: a transversalidade nas lutas dos movimentos sociais contemporâneos

CLASS AND IDENTITY: transversality in the agendas of contemporary social movements

Adelson Cheibel Simões¹

Edilson Vilaço de Lima²

Mariana Corrêa Soares Muniz³

RESUMO

Neste artigo exploro a transversalidade entre classe e identidade na agenda dos movimentos sociais contemporâneos, para falar sobre a complexidade das experiências de luta que compartilham de um objetivo comum: justiça social e igualdade. Inicialmente, traço uma linha histórica, explorando as origens das lutas sociais centradas nas questões de classe e como estas são fundantes dos movimentos sociais. Em seguida, analiso as novas configurações dos movimentos sociais, destacando a transição histórico-dialética das lutas classistas para pautas identitárias, com ênfase nos chamados novos movimentos sociais.

Palavras-chave: classes sociais; lutas identitárias; interseccionalidade.

ABSTRACT

In this article, I explore the intersectionality between class and identity in the agenda of contemporary social movements, discussing the complexity of the struggle experiences that share a common goal: social justice and equality. Initially, I trace a historical line, exploring the origins of social struggles centered on class issues and how these are foundational to social movements. Next, I analyze the new configurations of social movements, highlighting the historical-dialectical transition from class-based struggles to identity-based agendas, with an emphasis on the so-called new social movements.

Keywords: social classes; identity struggles; intersectionality

¹ Graduado em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e em Pedagogia pela Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP). Mestre em Filosofia (UFSM) e Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

² Graduado em Filosofia pela Universidade Federado do Maranhão (UFMA). Mestre em Filosofia (UFMA). Doutorando em Políticas Públicas (UFMA).

³ Assistente Social graduada pela UFMA. Mestra e Doutoranda em Políticas Públicas (UFMA).

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo, proponho explorar esta intrincada conexão entre classe e identidade abordando a multiplicidade de experiências de luta que devem compartilhar um objetivo comum: a busca pela justiça social em uma perspectiva revolucionária⁴.

Perpasso por diferentes momentos históricos e configurações dos movimentos sociais, desde suas origens centradas no trabalho até as chamadas pautas identitária, considerando, a reestruturação dialética que compreende os movimentos sociais como manifestações concretas organizadas no impulso da transformação social, esta última em constante movimento⁵.

O percurso escolhido nos conduz a importância da compreensão do conceito de interseccionalidade na análise das experiências de luta, reconhecendo a centralidade da classe, mas considerando que esta não deve eclipsar o debate das diversas formas de opressão e privilégio.

Além disto, examino as estratégias e desafios enfrentados pelos movimentos sociais na integração das agendas da classe e da identidade, em busca da superação da ordem social vigente: o capitalismo.

2 PRIMEIRA TRAVESSIA: origens e fundamentos dos movimentos sociais

As lutas sociais movidas pela relação desigual entre classes antagônicas tem sido o motor da história da humanidade (ENGELS, MARX, 1999). Centradas nas contradições e disparidades de classe, um marco importante desta trajetória remonta à Idade Média, quando as revoltas camponesas⁶ eclodiram em várias regiões da Europa como resposta à opressão dos

⁴ Com base na “Crítica do Programa de Gotha” (2012), Marx nos conduz ao pensamento de que toda luta política não deve perder de vista a capacidade da ação da classe trabalhadora, neste sentido, os movimentos sociais que assumem uma perspectiva revolucionária devem compartilhar um objetivo comum: a superação da ordem capitalista em direção a uma sociedade baseada na justiça social e na igualdade.

⁵ Gramsci (2001) em seus escritos sobre teoria política e cultura, discute a importância de entender os movimentos sociais como uma expressão da luta de classes dentro de uma estrutura mais ampla de hegemonia e contra-hegemonia. Ele enfatiza que os movimentos sociais não são apenas espontâneos, mas também influenciados por ideologias dominantes e pela capacidade de certos grupos de exercerem influência sobre a sociedade. Gramsci destaca a necessidade de analisar não apenas os movimentos sociais como fenômenos isolados, mas como parte de uma luta mais ampla pelo poder e pela transformação social.

⁶ Durante a Idade Média, ocorreram várias revoltas camponesas em diferentes partes da Europa que se desenrolaram entre os séculos XIV e XVI, lideradas principalmente por camponeses que viviam nas áreas rurais. Essas revoltas questionavam a subordinação às autoridades e manifestavam as queixas econômicas, tributárias e o desejo pela mudança social e política. (JESUS, 2019).

senhores feudais e às condições desumanas de trabalho nas terras agrícolas. Estas revoltas marcaram a transição da Idade Média para o início da era Moderna.

O declínio do sistema feudal, fortemente influenciado pela classe burguesa emergente, deram lugar a mudanças econômicas e tecnológicas que desafiaram as estruturas econômicas e sociais tradicionais, criando oportunidades para o desenvolvimento da burguesia. A nova classe cresce, enriquece e se empodera na mesma medida em que crescem as cidades e seus centros urbanos, contextualizados pela Revolução Industrial, que teve seu apogeu nos séculos 18 e 19.

O rápido avanço tecnológico e a industrialização massiva resultaram em condições de trabalho extremamente precárias nas fábricas, com jornadas exaustivas, salários miseráveis e falta de proteção social. Insatisfeitos, os trabalhadores unem-se para reivindicar direitos através de manifestações que buscavam melhorias substanciais em suas condições de vida e de trabalho.

É, portanto, no seio da sociedade burguesa-industrial que surge o proletariado (ENGELS, MARX, 1999) pois, na medida em que a maquinaria industrial avança e as relações de produção capitalistas se desenvolvem, a classe trabalhadora emerge como resultado direto deste processo.

Essa dinâmica de exploração e alienação dentro do novo sistema leva à formação do crescimento do proletariado como classe distinta, com interesses próprios e em oposição à classe dominante burguesa. O papel revolucionário, histórico e universal do proletariado, conforme delineado por Engels e Marx (1999) destaca assim a classe trabalhadora como força motriz capaz de desafiar a dominação burguesa, buscar a emancipação coletiva, transformar a estrutura social baseada na propriedade privada e conduzir a transição para uma sociedade sem classes, onde a igualdade, solidariedade e justiça social são fundamentais. Estas são algumas das ideias que compõem o socialismo.

O socialismo, como movimento social, foi impulsionado pelo acirramento da questão social e suas expressões no capitalismo em sua fase industrial, fruto de articulações de demandas por melhores condições de trabalho, salários justos e direitos básicos. Com o tempo evoluiu para abraçar ideias de igualdade econômica, justiça social e participação democrática na tomada de decisões políticas e econômicas. As tensões entre capital e trabalho culminaram na ascensão dos sindicatos e partidos políticos operários em todo o mundo, que buscavam não

apenas reformas imediatas, mas uma transformação das estruturas sociais e econômicas. (TROTISKY, 2018).⁷

No final do século 20, com o chamado colapso do bloco comunista, instaura-se a crise de legitimidade das ideias socialistas, fenômeno atribuído a fatores econômicos, políticos e sociais, abalando a confiança do socialismo como alternativa viável ao capitalismo⁸. Em contrapartida, o surgimento da ideologia neoliberal (ANDERSEN, 1995) e suas políticas embasadas no livre mercado, privatização e desregulamentação estatal, ganham força nos países de capitalismo central e conseqüentemente nos de capitalismo dependente.

Outro fator que contribui para esta crise de legitimidade do movimento socialista trata-se do avanço da globalização. Segundo GOHN (2014), a ressurgência das políticas neoliberais e o conseqüente desmantelamento das estruturas estatais, aliados à ascensão da revolução tecnológica com a Internet e a era dos computadores, bem como a busca incessante das ciências sociais por inovações teóricas e modas intelectuais passageiras, gerou um impacto profundo nos referenciais dos paradigmas dos movimentos sociais. Nesse novo panorama emergente, observa-se uma ênfase crescente na sociedade civil em geral, em detrimento da autonomia de grupos específicos. As preocupações agora giram em torno das novas agendas sociais, dos temas ditos *pós-modernos* que apontam para o futuro, regelando os modelos sociais classistas a um segundo plano.

A autora ressalta que o declínio do movimento operário e o surgimento de novas forças sociais, como os partidos verdes e os novos movimentos sociais⁹, reivindicam um novo espaço na esquerda. GOHN (2014) aponta que essas novas forças rejeitam o “universalismo” em favor da “identidade grupal”, demonstrando uma clara ruptura com as formas tradicionais de fazer política da esquerda. Essa transição refletiu em mudanças nas demandas e estratégias dos

⁷ O autor está discute a evolução da ideologia democrática ao longo do século XIX e a necessidade de uma abordagem mais socialista por parte da intelligentsia radical russa para se conectar com as massas no início do século XX. A ideologia democrática, que era predominante no século XIX, perdeu sua força e apelo à medida que o século avançava, levando à busca por uma abordagem mais socialista para atrair as massas. Assim, a criação dos partidos intermediários mencheviques e socialistas revolucionários foi uma resposta a essa necessidade de uma abordagem mais socialista para se conectar com as massas. Cada um desses partidos tinha sua própria genealogia e ideologia específicas, refletindo as diferentes correntes de pensamento e estratégias dentro da intelligentsia radical russa naquele período.

⁹ Os novos movimentos estão localizados na esfera, e a ênfase de suas atividades está em termos como motivações, moralidade e legitimação. (HABERMAS, 1985).

movimentos sociais e na emergência de novas expressões da questão social e *atores sociais* que *protagonizam* o panorama político contemporâneo.¹⁰

Os novos movimentos sociais apresentam críticas ao paradigma marxista na medida em que questionam a ênfase deste nas macroestruturas sociais, representadas pelas categorias *classe* e *lutas de classes*, argumentando que essa abordagem não contempla a diversidade de questões e identidades presentes na sociedade contemporânea.

É nesta conjuntura que as lutas sociais são reconfiguradas e/ou ampliadas. Movimentos como o feminismo, a luta pelos direitos civis, as lutas étnico-raciais, ambientalistas e anticoloniais ganham força na agenda dos movimentos sociais, buscando visibilizar as diferentes formas de opressão experienciadas por diferentes grupos sociais.

3 SEGUNDA TRAVESSIA: a relação entre luta de classes e pautas identitárias em uma perspectiva histórico-dialética

No final do século 20, o neoliberalismo emerge como lógica econômica e ideológica embasada na reestruturação produtiva e na redução da intervenção estatal. A influência da ideologia neoliberal sobre os movimentos sociais manifesta-se na medida em que esta representa uma ofensiva de classe liderada pelo estado contra trabalhadores e pobres, em nome da burguesia em geral ou das finanças em particular (SAAD FILHO, 2015).

Essa influência afetou, afeta e afetará profundamente a dinâmica e objetivos dos movimentos sociais através da redução do papel estado e da reconfiguração do escopo destes movimentos, agora fragmentado em lutas de/por identidade. Os movimentos sociais, ou *novos movimentos sociais* (GONH, 2014), tornam-se assim um empreendimento pessoal, pautado em um senso de fazer individualizado. Esta nova figura enfraquece a solidariedade coletiva, muito característica dos movimentos de ordem classista.

Nesta nova perspectiva, muito bem amparada pela ideologia neoliberal, observou-se a transição do enfoque nas lutas classistas para o enfoque nas lutas identitárias. *Companheiros e*

¹⁰ Critico aqui o uso dos termos “atores sociais” e “protagonistas sociais” posto a preocupação com a diluição das relações de classe e da luta de classes como elementos centrais para a compreensão das dinâmicas sociais. Ao enfatizar os indivíduos como atores independentes ou protagonistas das transformações sociais, corre-se o risco de uma análise superficial das contradições sociais e da subestimação dos conflitos fundamentais que permeiam a sociedade.

camaradas passam agora a serem chamados *ativistas*. E há motivos históricos, sociais, políticos e econômicos que embasam esta mudança.

Há aspectos positivos desta nova configuração. É nela crescente o reconhecimento da *interseccionalidade* das formas de opressão, que reconhecem as interações complexas entre gênero, raça, classe e outras identidades (Kimberlé Crenshaw, 1989) e como estas ganharam destaque ao abordar as experiências únicas (em suas particularidades) e interligadas (em suas totalidades) de diferentes grupos oprimidos. Essa abordagem ampliou o escopo das lutas sociais e da compreensão acerca das desigualdades, seus fundamentos e reprodução mediante as diversas estruturas de poder.

Pensar interseccionalmente mente joga luz à questões outrora marginalizadas e subestimadas, inclusive pelos próprios movimentos classistas tradicionais. Era e é urgente pensar a sociabilidade, sobrevivência e integridade de mulheres, negros, indígenas, comunidade LGBTQIAPN+ e suas respectivas lutas cotidianas, assim como nossa estadia em um planeta que rumo ao colapso ambiental.

A partir da leitura de Pereira (2021) é possível ponderar que estas novas vozes influenciam a abordagem da questão social, trazendo uma complexificação dos campos em disputa na conjuntura atual. Essas vozes representam diferentes sujeitos com culturas distintas acerca de como se movimentar coletivamente¹¹. Estes sujeitos, na medida em que emergem na esfera pública e política, reivindicam lutas por existência, identidade e território, demandando reconhecimento de suas trajetórias e direitos sociais. Há uma diversificação de manifestações e a emergência de novos ciclos de luta que vem resultando em rupturas importantes com a própria sociabilidade capitalista. Essa pluralidade de sujeitos e demandas contribui para a formação de novo olhar sobre os conflitos sociais, a partir da pressão por atualizações no ordenamento jurídico legal e, em certa medida, barrando o avanço dos interesses das classes dominantes, ou seja, é possível afirmar que esses movimentos transgridem as normas sociais e culturais dominantes, e quando associados a uma perspectiva radical, buscam não apenas a igualdade legal, mas uma transformação da estrutura que perpetua a opressão.

¹¹ Quando falo de diferentes culturas parto da noção de Gramsci de que a cultura não é apenas um reflexo mecânico das relações de produção material nas sociedades. Ela é um campo de ação historicamente determinado, que deve ser sistematicamente organizado para a transformação. A luta cultural envolve a batalha de ideias, valores e representações. É através dessa luta que diferentes grupos buscam estabelecer sua hegemonia cultural (Cadernos do Cárcere, vol.4, 2001).

Transgressão e transformação podem ser visualizadas em novas estratégias e táticas adotadas pelos movimentos contemporâneos, que incluem a utilização de redes sociais e plataformas digitais para mobilização e articulação, a criação de espaços seguros e acolhedores para debater ações coletivas, e a adoção de linguagens que ressoam com as experiências e demandas específicas desses grupos. A reconfiguração para pautas identitárias põe em evidência *novos repertórios, escolhas táticas e performances* (Pereira; Silva, 2020) adotadas pelos movimentos sociais contemporâneos.¹²

Contudo, é importante reconhecer que essa aparente transição não significa o abandono completo das questões relacionadas à classe social. O *movimento* dos *movimentos sociais* não se desenrola em uma transição linear e simplista de ordem classista para movimentos sociais identitários, mas sim em um processo histórico-dialético complexo e interconectado.

Enquanto os movimentos sociais de ordem classista historicamente se concentram na luta de classes, os movimentos identitários emergem para dar voz às experiências de grupos marginalizados com base em identidades compartilhadas.

Tal distinção não implica uma divisão rígida entre esses tipos de movimentos, pelo contrário, muitos movimentos contemporâneos abordam questões tanto de classe quanto de identidade, reconhecendo **as transversalidades que atravessam** as diferentes formas de opressão e desigualdade.

Assim, o movimento histórico-dialético dos movimentos sociais reflete uma evolução contínua e dinâmica, onde as lutas por justiça social se entrelaçam e se transformam ao longo do tempo, em resposta as mudanças na estrutura social e às demandas por reconhecimento e igualdade.

¹² Segundo PEREIRA, SILVA (2020), a articulação destes três conceitos revela a complexidade das estratégias empregadas por esses movimentos para promover suas causas e reivindicações. Os repertórios compostos por práticas e símbolos historicamente enraizados, fornecem a base para a ação coletiva e a identidade dos movimentos, enquanto as escolhas táticas refletem as decisões estratégicas dos ativistas em relação as formas de resistência e poder instituído. Por sua vez, as performances, que englobam as manifestações simbólicas e expressivas dos movimentos desempenham o papel na comunicação, suas mensagens e na construção de narrativas em englobem e engajem diferentes públicos. A interrelação entre estes elementos busca redesenhar as práticas e significados associados a participação da sociedade civil e à luta por justiça social e igualdade.

4 ARREBENTAMENTOS: colisões e coalizações entre classe e identidade na agenda dos movimentos sociais

Apesar dos avanços notáveis alcançados pelos movimentos sociais identitários na promoção da igualdade formal e factual e na conscientização sobre as diversas formas de opressão, é importante reconhecer e esboçar uma análise crítica às tendências dentro desses movimentos que podem levar a alienação¹³ das classes subalternas e ao negligenciamento destas como expressões da questão social.

É preciso que se diga que há uma tendência dos movimentos identitários a focar exclusivamente nas questões de identidade, muitas vezes em detrimento das considerações socioeconômicas e estruturais. Ao colocar ênfase apenas na “representatividade” e no reconhecimento das identidades marginalizadas, algumas frentes de mobilização correm o risco de se tornarem superficialmente inclusivas, sem abordar as raízes políticas e econômicas que engendram historicamente a opressão. Isso leva a fragmentação da classe dominada e a falta de solidariedade entre diferentes grupos oprimidos, enfraquecendo a capacidade de promover mudanças reais.

Outra crítica é a cooptação dos movimentos identitários a ponto de suas pautas tornarem-se produtos de consumo¹⁴. A comercialização da diversidade e da inclusão por empresas e marcas desvia o foco das questões estruturantes e promove uma versão diluída de justiça social, que se limita a mudanças superficiais e simbólicas. Isso mina a perspectiva radical que os movimentos identitários podem e devem assumir, transformando-os em ferramentas de legitimação do status quo e perpetuação das desigualdades sociais. Transformando-os assim em *movimentos identitaristas*.

¹³ Nos Manuscritos econômicos e filosóficos, Marx (2017) define alienação em termos de um processo pelo qual o produto do trabalho se torna um objeto externo para o trabalhador, assim como um *poder* que se volta contra ele como algo estranho e hostil. Ele descreve a alienação como um estado em que os indivíduos se afastam de sua essência e natureza humana genérica, dando vez a vida individual. Posto isso, a alienação das lutas identitaristas torna-se um risco considerando o enfoque por vezes em experiências individuais, obscurecendo assim as lutas coletivas das classes subalternas.

¹⁴ Segundo Ennes e Marcon (2014), a cooptação dos movimentos identitários, que ocorre quando suas pautas e reivindicações são absorvidas pela lógica do mercado e transformadas em produtos de consumo, representa uma ameaça à genuinidade e eficácia desses movimentos. Ao serem instrumentalizadas para atender interesses comerciais, as demandas legítimas dos movimentos identitários correm o risco de serem diluídas em estratégias de marketing, enfraquecendo sua capacidade de promover mudanças sociais e perpetuando desigualdades estruturais, além de reforçar estereótipos e exotizar determinados grupos.

Além disso, a alienação provocada pelo sistema de produção capitalista, geradora de artifícios e armadilhas aos quais não estão impunes os movimentos de ordem identitária, corrobora com a negação da centralidade da questão da classe social na luta pela verdadeira justiça social.

É importante reforçar: as opressões baseadas em identidade são reais e devem ser combatidas, assim como, reconhecer que estas se fundam na exploração econômica de uma classe sobre a outra, sendo esta exploração o alicerce da desigualdade, da injustiça e da discriminação.

Contudo, é fundamental reconhecer o conflito entre a centralidade da classe, proposta pelos movimentos sociais tradicionais e a “incompreensão dos novos movimentos sociais” (Andrade, 2007). Factualmente, os movimentos sociais centrados na classe trabalhadora muitas vezes deixam de lado as experiências e demandas específicas de grupos marginalizados, como mulheres, pessoas da comunidade LGBTQUIAPN+, minorias étnicas e raciais. Essa omissão contribuiu para a reprodução de estruturas de exclusão e perpetuação do preconceito, limitando a capacidade destes movimentos em pensar uma sociedade verdadeiramente justa e igual para todos.

Uma crítica recorrente aos movimentos sociais clássicos é a sua tendência a privilegiar uma visão monocultural e universalista da luta pela emancipação, que subestima a diversidade cultural existente. O enfoque nas questões políticas e econômicas sob o ponto de vista de uma classe trabalhadora branca e masculina deixa de fora vozes e experiências de outridades, perpetuando hierarquias de poder e exclusão dentro do próprio movimento.

Segundo Andrade (2007) o caminho proposto pelas teorias da ação coletiva busca homogeneizar as ações e os agentes dos movimentos sociais buscando fundá-los como objeto unificado, onde sujeitos diversos são colocados como equivalentes e tidos como exemplos de uma categoria mais ampla, o que, segundo o autor, dissolve aquilo que o próprio modelo caracteriza como movimento social: ação coletiva ancorada na enunciação dos próprios sujeitos.

No entanto, é importante destacar que foi no trilhar dos movimentos sociais clássicos que se pavimentou o caminho para que muitas das demandas identitárias levantadas pelos movimentos sociais contemporâneos. O que não nos impede de reconhecer as limitações e falhas de ambos, mas nos desafia a trabalhar para superá-las.

Portando, um ponto de discussão necessário é a integração das pautas de classe e identitárias em uma abordagem interseccional e relacional. Para não privilegiar uma dimensão em detrimento da outra, faz-se necessário transversalizar para atravessar, construindo frentes de trabalho que sejam conexas e interdependentes no combate às diversas formas de opressão, exploração e humilhação.

CONCLUSÃO

Integrar a agenda da classe e da identidade é um desafio presente para os movimentos sociais sendo estes novos/contemporâneos ou tradicionais/clássicos. Essa integração deve reconhecer a centralidade da luta de classes na mesma medida em que deve valorizar as experiências de luta e por sobrevivência de grupos historicamente oprimidos por serem quem são, grupos que carreguem como bandeiras seus próprios corpos. Esta não é uma tarefa simples de ser devidamente explorada em um artigo de tão poucas linhas.

Contudo, dentre as estratégias possíveis a serem mencionadas nestas considerações, uma delas já foi devidamente posicionada: a adoção de uma abordagem interseccional que reconheça e respeite as diferentes formas de opressão e exploração.

O pensamento marxista, fundamentado na análise materialista da história e da sociedade não se dissocia de uma abordagem interseccional. Os escritos de Marx e Engels, à exemplo, já discutiam as relações de classe na estruturação do sistema capitalista sem deixar de mencionar a interação complexa entre as diferentes formas de opressão, incluindo as baseadas em gênero, raça e etnia.

Outra estratégia requer reflexão sobre a cooptação das agendas de movimentos sociais, em amplo espectro, pelo sistema capitalista. O capitalismo tem mostrado notável capacidade de assimilar e neutralizar as demandas de ordem progressista, transformando-as em mercadorias ou políticas superficiais que não desafiam as estruturas fundamentais de poder, diluindo as demandas dos movimentos sociais e repercutindo na perda de seu potencial transformador. Aqui as análises de Gramsci (2001) são particularmente relevantes, ao destacar a importância da luta ideológica e da construção de contra-hegemonia para desafiar o domínio cultural e político do capitalismo.

Desafia-se tal domínio na medida em que são construídas coalizações e alianças entre diversos grupos oprimidos, resgatando os princípios de unidade e diversidade frente a diferentes demandas e experiências.

Considerando a discussão realizada ao longo deste artigo, expresso como evidente que as experiências de luta nos movimentos sociais contemporâneos são marcadas por uma complexidade multifacetada, onde o identitarismo e o classismo geram coalizões e a interseccionalidade e a transversalidade, coalizações.

Em uma perspectiva radical amparada na lógica emancipadora, torno síntese deste escrito afirmar: é fundamental superar a ordem capitalista para alcançar a verdadeira igualdade.

Neste sentido, os movimentos sociais devem ir além de demandas reformistas e abraçar uma perspectiva transformadora, que desafia na mesma medida em que é desafiada. Inspirados pela crítica radical às injustiças interpostas pelo sistema econômico vigente, os movimentos sociais devem unir-se e organizar-se na e pela construção de alternativas baseadas a partir da reflexão crítica e da ação transformadora.

Para tanto, é necessário mais resistir às formas de cooptação e neutralização promovidas pelo capital, ao mesmo tempo em que pensamos formas de organização que priorizem a autonomia de todos os sujeitos oprimidos e a ampliem participação popular. Isso requer coalização, não colisão.

REFERÊNCIAS

ALFREDO SAAD FILHO. **Neoliberalismo: Uma análise marxista**, 2015. Disponível em: 03_ARTIGO_Alfredo_Saad_Filho.indd (usp.br)

ANDRADE, Daniel Pereira. **Os “Novos Movimentos Sociais” e o Paradigma Das Classes: é possível conciliá-los?**. Revista de Sociologia. UFPE. Vol. 2. N. 13. Páginas 92-104. Acesso em 04/04/2024. Disponível em: OS “NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS” E O PARADIGMA DAS CLASSES: é possível conciliá-los? | Estudos de Sociologia (ufpe.br)

BOBBIO, Norberto. **Qual Socialismo?** 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009. 112 p. ISBN 8521904304.

COELHO, Marcel. **Pautas identitárias: o método por trás das lutas**. Disparada. 2019 disponível em: Pautas identitárias: o método por trás das lutas - Disparada. Acesso em: 10/03/2024

CRENSHAW, Kimberlé. **“Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics”**. The University of Chicago Legal Forum, n. 140, p. 139-167, 1989.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista**. 5.ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999.

GONH, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais**, 2014.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**, Volume 4: Temas de cultura. Ação católica. Americanismo e fordismo. (5ª ed.). São Paulo: Civilização Brasileira, 2001

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HABERMAS, **Teoria do agir comunicativo**, 1985

JESUS, Victor Clay Barros de. **“Campeinato, clero e rebelião: a Revolta Camponesa de 1381.”** 2019. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019. Disponível em: **Campeinato, clero e rebelião: a Revolta Camponesa de 1381**

MANDEL, E. **A crise do capital: Os fatos e sua interpretação marxista**. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Unicamp, 1990.

MARCELO ALARIO ENNES, FRANK MARCON. **Das identidades aos processos. Sociologias**, Porto Alegre, 16(35), 274-305, 2014.

MARX, Karl. **Crítica do Programa de Gotha**. Seleção, tradução e notas por Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Edição Martin Claret. São Paulo: Martin Claret, 2017.

PEREIRA, C. F. **Nova centralidade do território e da identidade nas lutas sociais e processo de complexificação da questão agrária**. *Geosp*, v. 25, n. 3, e-145399, dez. 2021. ISSN 2179-0892. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/145399>. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2021.145399>

PEREIRA, M. M., & SILVA, C. F. (2020). **Movimentos sociais em ação: repertórios, escolhas táticas e performances**. *Sociol. Antropol.*, Rio de Janeiro, 10(2), 615-645.

SADER, E; GENTILIE, P. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**, 2008.

TROTSKY, L. **A história da Revolução Russa**. Moscou: Editora SENADO FEDERAL, 2018